

ARTIGO

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1875-1889): A TRAJETÓRIA DE UM JORNAL NA TRANSIÇÃO MONARQUIA- REPÚBLICA

RUBENS ARANTES CORREA

Pós-Doutorado em História pela UNESP/Assis; Professor do IFSP campus Birigui.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0095-7534>

RESUMO: O artigo tem por objetivo traçar o percurso do jornal *A Província de São Paulo*, desenvolvido nos anos mais agudos da transição monarquia-república, procurando situá-lo no contexto de expansão do movimento republicano, na então, Imperial Cidade de São Paulo, momento em que a capital paulista vivia intenso processo de mudanças no campo econômico, refletindo em sua conformação urbanística e cultural. O jornal, em suas diferentes fases, reuniu grupo de intelectuais que, visando expressar os interesses de ascensão de uma nova elite econômica em busca de prestígio e poder político, lançaram mão de uma semântica política baseada em conceitos opostos, tendo em vista a deslegitimação do sistema monárquico. Em termos teórico-metodológico, o artigo contempla os conceitos de semântica do político, de Reinhart Koselleck, em diálogo com os de repertório, de Sidney Tarrow e de ação cultural de Ann Swindler.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa. Intelectuais. Elite Paulista. Repertório. Semântica.

THE PROVINCE OF SAO PAULO (1875-1889): THE TRAJECTORY OF A NEWSPAPER IN THE MONARCHY- REPUBLIC TRANSITION

ABSTRACT: The aim of this article is to trace the course of the newspaper A Veneza de São Paulo, developed in the most acute years of the monarchy-republic transition, seeking to place it in the context of the expansion of the republican movement, in the then Imperial City of São Paulo, moment in which that the capital of São Paulo was going through an intense process of changes in the economic field, reflected in its urban and cultural conformation. The newspaper, in its different phases, brought together a group of intellectuals who, in order to express the interests of the rise of a new economic elite in search of prestige and political power, made use of a political semantics based on opposing concepts, with a view to delegitimizing the monarchical system. In theoretical-methodological terms, the article contemplates Reinhart Koselleck's concepts of political semantics, in dialogue with Sidney Tarrow's concepts of repertoire and Ann Swindler's cultural action.

KEYWORDS: Press. Intellectuals. Elite Paulista. Repertoire. Semantics.

Recebido em: 28/05/2023

Aprovado em: 31/08/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p122-157>



I. Introdução

No Brasil do século XIX, a imprensa tornou-se, a despeito de seu tardio aparecimento, importante espaço de criação e consolidação de culturas políticas junto às camadas letradas convertendo-se em agente histórico capaz de intervir nos processos, episódios e contextos políticos. Dessa forma, os jornais assumiram o *locus* privilegiado para o debate de ideias, para atuação de contestadores dos mais diferentes espectros políticos – separatistas, conservadores, liberais, moderados, exaltados, monarquistas, republicanos etc. – além de mobilizar e legitimar elites culturais que se colocavam como agentes de novas ideias (Elias, 2016:68-71).

Vetor e espaço de transformações culturais e ferramenta política capaz de intervir no jogo das disputas partidárias dos grupos contenciosos, o jornal constituiu-se em polo aglutinador de forças político-culturais que, a partir da palavra impressa, colocou em movimento enunciados em busca do convencimento, arregimentação e propagação, junto ao público leitor, de novos ideais fossem estéticos, filosóficos ou políticos, além de introduzir novos hábitos e valores de consumo.

Dentre a vasta gama de impressos disseminados a partir da revolução de Gutemberg, os jornais assumiram, na modernidade, uma grande importância na vida cotidiana, sobretudo, a partir da intensificação dos processos de urbanização e industrialização, que aceleraram as necessidades de produção e circulação de notícias. Acompanhando o aprofundamento de mercantilização da sociedade moderna a própria notícia se transformou em mercadoria e a imprensa em indústria.

A reconstrução do passado através de impressos tem se tornado um desafio para os historiadores o que abre inúmeras possibilidades de investigação e pesquisa. Através das inovações trazidas pelas mais recentes tendências historiográficas, na esteira da revolução operada pela Escola dos Annales, novas fontes, abordagens e objetos são incorporados à prática da pesquisa histórica e, nesse sentido, os impressos em seus diferentes formatos – livros, revistas, jornais, manifestos, panfletos – tornaram-se vestígios preciosos para esta reconstrução dos acontecimentos no tempo.

Os usos dos impressos como fontes para o trabalho historiográfico tornaram-se tão constante que subáreas derivadas da grande área História Cultural, como a história dos livros, da imprensa, das revistas, dos impressos e das práticas de leitura, além da história dos intelectuais, surgiram e se colocaram como campos próprios com metodologias e técnicas particulares de abordagem.

Em termos teóricos, tomar o jornal impresso como fonte e objeto do campo historiográfico brasileiro, propriamente dito, é algo relativamente recente. De acordo com Tania de Luca (2005), depois de longo período de suspeição a imprensa, seja no formato jornais, seja no formato revistas, passou a ser incorporada pelo historiador em seu exercício de pesquisa e investigação. Armados de novos procedimentos metodológicos e de uma nova visão sobre a natureza das fontes os historiadores encontram no *locus* documental dos impressos múltiplas possibilidades temáticas, desde discurso e ideologia política a movimento operário, imigração, urbanização e industrialização, práticas culturais dos diferentes grupos sociais e étnicos.

Não se trata, como observa Luca (2015), de se escrever somente uma história da imprensa, mas também a de se produzir a história através e por meio da imprensa escrita enquanto um ator político importante inserido na modernidade e enquanto corpo documental com todas suas intencionalidades, parcialidades, subjetividades, cabendo ao historiador saber ler, através de seu aparato teórico, o lugar que tal veículo jornalístico ocupou em um dado contexto histórico.

Na mesma linha da abordagem teórico-metodológica, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) afirmam a importância de se tomar a imprensa, enquanto fonte de pesquisa histórica, em sua historicidade procurando articular suas conexões com a história do capitalismo, das lutas sociais, dos movimentos políticos e culturais e das conjunturas econômicas, espaços onde, afinal, a própria imprensa desenvolve sua atuação. Nesse sentido e, ainda conforme as autoras citadas, ao operar o deslocamento da imprensa para o campo da história social, o historiador desvenda formas de pensamento e de ação de uma dada sociedade em determinados contextos.

Na esteira da renovação do campo das fontes e dos objetos, promovida pela História Nova, uma vasta gama temática – movimento operário, imigração, intelectuais, literatura, partidos políticos, urbanização, educação e

ciência, dentre tantos outros - se coloca ao historiador e demais pesquisadores das ciências humanas que elegem a imprensa como corpus documental de investigação privilegiado

Dentre a diversidade de estudos historiográficos que abarcam a imprensa como fonte e objeto de pesquisa, destacamos duas linhas de abordagem: obras que tomam a própria imprensa e seus agentes como objeto de investigação como *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*, de Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros (2003), que estuda as origens dos veículos de imprensa no Brasil; e, *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*, de Lorelai Kury (2007), que analisa jornal pioneiro na publicação de artigos literários e políticos.

Outro recorte recorrente diz respeito ao tratamento eminentemente político da imprensa como *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*.de Isabel Lustosa (2000), sobre o papel da imprensa e jornalistas no contexto da Independência do Brasil; e, *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)*, de Arnaldo Daraya Contier (1979), um dos trabalhos pioneiros sobre imprensa e linguagem política.

Sobre *A Província de São Paulo*, objeto da pesquisa em tela, surgem vários trabalhos mais especificamente acadêmicos que tomam o jornal como corpus documental para a investigação de temáticas pontuais. São os casos de *Educação no Império: o jornal A Província de São Paulo, 1875-1889*. 1980, de Mary Lou Paris (1980) .e *A infância nos folhetins de A Província de São Paulo 1875 - 1889*, de Aldení de Sousa (2017).

II. Uma cidade em ritmo de crescimento e modernização

Na Imperial Cidade de São Paulo da última década do regime monárquico vivia-se uma conjuntura de grandes mudanças impulsionadas, principalmente, pela riqueza da economia cafeeira que resultava em melhoramentos urbanos como o calçamento e alargamento de ruas, a oferta de transporte e iluminação pública, a dinamização das atividades comerciais e a ampliação do conjunto de casas residenciais com a entrada de novos padrões arquitetônicos.

Do ponto de vista populacional ocorria não só seu aumento quantitativo como, também, a mudança no perfil étnico-cultural do

paulistano devido à entrada de imigrantes que introduziram novos hábitos culturais, alimentícios, linguísticos e de vestuário. Nesse sentido, os dados estatísticos revelam aumento substancial da população de São Paulo: em 1872, eram cerca de 32 mil habitantes; em 1886, aproximadamente 55 mil; em 1890, cerca de 65 mil e em 1900, atingiu-se a marca de 240 mil habitantes. Para esse aumento, muito contribuiu, como já dito, a entrada de imigrantes, que, conforme Joseph Love (1982, p.120-122), em 1893, já representavam metade da população paulistana.

Por outro lado, do ponto de vista dos suportes típicos da cultura urbana, o cenário mostrou-se diferente, uma vez que a expansão de instituições representativas desse aspecto da moderna vida urbana não alcançou o mesmo ritmo de crescimento. Em termos educacionais, por exemplo, São Paulo continuou sendo um “burgo estudantil”, termo criado logo depois da instalação na cidade da Faculdade de Direito no Largo de São Francisco em 1827. Desde aquela data, pouco se organizou em matéria de instituições escolares, sobretudo públicas, nos seus mais diferentes níveis.

Levando-se em conta a memória produzida por Joaquim Floriano de Godoy (1978) em alusão ao ano de 1875, temos uma ideia do atraso na instrução pública na província de S. Paulo àquela altura evidenciado nos poucos estabelecimentos de ensino primário e secundário, existentes. Segundo o autor, esse cenário dava-se devido à negligência dos governos em todos os níveis. Afirma, ainda, que a província contava com 508 escolas oficiais de instrução primária, frequentadas, naquela época, por 11.072 alunos. Número insuficiente de escolas que colocou o ensino oficial em “descrédito”, para não dizer em “abandono quase geral”, situação que abriu caminho para as escolas particulares, iniciativas individuais e de associações visando a “propagação da instrução”.

A imprensa, por seu turno, tinha escalado melhor êxito considerando que teve início bastante tardio – os primeiros jornais a circular na capital remontam à década de 1820. Na década de 1880, o campo do jornalismo em São Paulo encontrava-se um pouco mais bem estruturado conforme a historiografia da imprensa paulista. A título de exemplo, - segundo Afonso A. Freitas (1915), entre 1881 e 1890, surgiram 273 periódicos - já podendo, inclusive, divisar uma “grande imprensa” -, sobretudo por jornais, como o *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*, *Diário Mercantil*, *Gazeta do Povo* e o

Diário Popular, cujas tiragens diárias para o ano de 1886 eram contabilizadas entre 1300 e 3300 exemplares.

Os demais suportes culturais e artísticos como teatros, conservatórios musicais, gabinetes de leitura, livrarias, editoras e tipografias atestam a existência de uma cidade ainda provinciana e mais afeita às tradicionais festas e procissões religiosas. Marisa Deaecto (2011) em ampla pesquisa sobre os equipamentos culturais da capital paulista, destaca o papel da Casa Garraux, inaugurada na década de 1860 e que representou um importante vetor de circulação de livros franceses na cidade. Em termos de artes dramáticas, por sua vez, Antonio Barreto Amaral (2006, p.113-124) destaca a importância do Teatro de São José, considerado o mais importante espaço teatral da cidade de São Paulo até o início do século XX.

III. A Província de São Paulo: a trajetória de um jornal

O jornal *A Província de São Paulo* foi fundado em 1875, contexto da intensificação do movimento republicano na capital e no interior paulista. Concorreu para seu surgimento, um grupo de fazendeiros e de profissionais liberais, egressos da Academia de Direito do Largo de São Francisco, dos quais destacavam-se seus futuros diretores e redatores, Francisco Rangel Pestana e Américo Brasília de Campos, e cujo corpo de colaboradores tinha vinculação com o Partido Republicano Paulista, criado dois anos antes, durante a realização da Convenção de Itu. O jornal contava, ainda, com a presença de José Maria Lisboa, que ficaria responsável pela administração e gerência da empresa e que já possuía relativa experiência na imprensa com passagens pelo *Correio Paulistano* e *Gazeta de Campinas*.

Uma sociedade comercial fora criada para levantar os capitais necessários para a fundação e a manutenção do jornal sob o nome de Pestana, Campos e Cia. A sociedade era integrada por dezoito membros, sendo Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, donos do maior capital e, por essa razão, responsáveis por todas as ações praticadas pelo jornal em nome da sociedade.

A sociedade constituída fez tentativas, antes da decisão de criar *A Província de São Paulo*, de adquirir o jornal *Correio Paulistano*, fundado em 1854 e que, por aquela época, se encontrava em dificuldades financeiras.

Ainda que diante de incisivas investidas pelo grupo capitaneado por Rangel Pestana, o proprietário do *Correio Paulistano*, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, negava-se a vender o jornal, fato que obrigou a sociedade a apressar a criação de seu próprio periódico.

Algumas características do grupo que integrava a sociedade de *A Província de São Paulo* revelam aspectos comuns a todos os membros: eram, em boa parte, originários de Campinas e de localidades do oeste paulista; compartilhavam dos mesmos objetivos políticos, inclusive, participando do congresso republicano de Itu, realizado em 1873; pertenciam ao núcleo de fazendeiros de café, tomando parte em congressos agrícolas, além de compartilharem das mesmas sociabilidades acadêmicas, maçônicas e intelectuais.

Ou seja, do ponto de vista sociológico, o grupo que gravitava em torno do jornal, tanto na condição de sócios como na de redatores e colaboradores, constituía uma contra-elite, termo utilizado por Angela Alonso (2002) para designar conjunto de indivíduos que, na condição de marginalizados políticos pelo sistema dominante, aspirava, naquele momento histórico, prestígio e espaço político investindo contra os valores aristocráticos e as práticas políticas identificadas com o regime monárquico.

O contexto jornalístico, paulista e paulistano, quando do aparecimento de *A Província* encontrava-se marcado pela proliferação de periódicos em grande medida ligados à Academia de Direito do Largo de São Francisco. Nascida tardiamente, como de resto em todo o país, a imprensa em São Paulo deu seus primeiros passos somente na década de 1820 com o aparecimento de *O Paulista* (1823), iniciativa de Antonio Mariano de Azevedo Marques e, com a fundação da Faculdade de Direito, ganhou forte impulso com o surgimento de jornais de combate político.

Em 1854, outro membro da família Azevedo Marques, Joaquim Roberto, criou aquele que se tornou modelo de grande imprensa praticado em São Paulo no século XIX: o *Correio Paulistano*, um jornal longo e que, em certa medida, tomou parte em muitas polêmicas com *A Província de São Paulo*, principalmente, pelo seu alinhamento ao Partido Conservador.

No mesmo contexto, surgiu, no interior da província, em 1869, a *Gazeta de Campinas*, iniciativa de grupo alinhado ao movimento republicano e encabeçado por Francisco Quirino dos Santos, advogado, escritor e autor de

Estrelas Errantes (1863), que, ao lado de seu irmão, João Quirino dos Santos, reuniu, embrionariamente, o mesmo grupo que viria a atuar, posteriormente, em *A Província de São Paulo*, a exemplo de Jorge Miranda, Campos Salles, Américo Brasiliense, Rangel Pestana e José Maria Lisboa.

Decidida a criação do jornal foi definido, pela sociedade, os nomes dos redatores, função que recaiu sobre os dois sócios majoritários: Francisco Rangel Pestana, que já era um veterano das fainas jornalísticas, tendo passagens por folhas acadêmicas, à época em que era estudante da Academia de Direito de São Paulo, dentre eles, *O Tymbira* e *Futuro*, além de jornais de cunho partidário como *Opinião Liberal* e *Correio Nacional*, ambos do Rio de Janeiro, periódicos, cumpre destacar, que surgiram na esteira do Manifesto Republicano de 1870.

E, Américo Brasília de Campos, que também vinha de experiência jornalística anterior, quando respondeu, por cerca de sete anos, à frente da redação do *Correio Paulistano*, o principal jornal paulistano entre as décadas de 1850 e 1870, além de participar da redação do jornal *Cabrião* (1866-1867), de crítica social e política, no formato satírico, e ilustrado por Angelo Agostini, artista de origem italiana que marcou época na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro.

A plataforma de *A Província de São Paulo* foi anunciada no editorial de estreia, a 4 de janeiro de 1875. Afirmavam, os editorialistas, que o jornal fora fundado com a finalidade de se constituir em um espaço de debate sobre temas relativamente importantes ao desenvolvimento econômico e social da província de São Paulo, visando contribuir para o progresso do país, além de se propor ao papel pedagógico de educação do povo, procurando colaborar com outros órgãos de imprensa da capital paulista, sempre em nome do interesse da causa pública. Declara, ainda, que *A Província de São Paulo* era jornal independente de partidos ou facções políticas e de imposições governamentais; e livre de interesses de aspirantes ao poder e de seus proventos.

Por outro lado, o editorial também argumentou que a neutralidade, não implicava na imparcialidade do silêncio, ou seja, o jornal ao tratar de assuntos pertinentes à causa pública, não renunciaria à análise e ofereceria sua opinião acerca de problemas sociais e políticos, locais e nacionais, independentemente do matiz político dominante. Acreditavam os

editorialistas, que a imprensa deveria expressar o pensamento político que melhor traduzisse as tendências dominantes, não só na província de São Paulo, como também no restante do país, ou seja, aquelas que viriam ao encontro da democracia, dos intuitos pacíficos e civilizadores.

O editorial faz, ainda, inserção no cenário da imprensa que se apresentava no Brasil e em São Paulo, em particular, naquela conjuntura, para daí afirmar a posição que *A Província de São Paulo* tomaria. Nesse sentido, afirmava que a imprensa no Brasil era cara e os jornais, para sustentarem-se, adotavam a postura de vincular-se a grupos políticos, inviabilizando opiniões, ainda que de literatos e homens da ciência, daqueles que não possuíam relações com esses grupos políticos. E proclamava que no caso de *A Província de São Paulo* sua independência em relação a grupos políticos ficava explicitada nas próprias colunas editoriais, exclusivamente reservadas ao corpo de redatores (portanto, Américo de Campos e Rangel Pestana) que deveriam prestar contas, somente e unicamente, aos sócios mantenedores do jornal e à opinião pública.

Sendo *A Província de São Paulo*, diz o editorial, um jornal diário seu compromisso estava voltado para a satisfação dos interesses gerais sem que, entretanto, seus redatores renunciassem a suas opiniões políticas ainda que contrárias a interesses localizados. O editorial ainda lembrava que o jornalismo era um “sacerdócio”, em nome do qual, seu exercício deveria se dar estritamente voltado aos interesses da sociedade.

O editorial de estreia fez, ainda, uma avaliação da situação política do país naquela conjuntura. Asseverava que o ano de 1875 não anunciava “dias de paz e contentamento para o país”, visto que o Brasil se encontrava envolvido na “sombra da agitação”, fato que era, conforme o jornal, do conhecimento de todos mesmo daqueles que não eram os mais entusiastas na procura da “felicidade e da grandeza da pátria” pelo caminho da “liberdade e da democracia”.

Para os editorialistas, a situação do país, naquele momento, despertava preocupação, na medida em que paixões e agitações desencadeavam-se em diversos pontos do país, aproveitando-se dos “desgostos populares e dos mais repugnantes instintos que a cegueira e a ignorância costumam erguer”. Em meio a esse cenário, constatava o editorial, eram raros os “homens verdadeiramente dedicados à causa pública.”

O sombrio quadro político de 1875 era consequência, segundo os editorialistas, de males que vinham do passado:

[...] o insofrível e maléfico unitarismo das instituições, a impotência ciumenta e falaz do poder centralizado, o descalabro dos partidos políticos, reduzidos a entidades apenas nominais sem que possam representar o grande elemento da força popular no próprio regime estatuído e dado como vigente; acrescentem o abatimento do espírito público, o mal-estar a descrença criada por mil circunstâncias passadas e aumentadas por mil outras recentes e atuais (A *Província de São Paulo*, 4 jan. 1875, p. 1).

Os pontos centrais abordados pelo editorial de estreia foram retomados em todos os demais editoriais comemorativos do aniversário do jornal a partir de 1876. Neles, novamente, reafirmaram a missão e o compromisso a que *A Província de São Paulo* havia firmado com seus leitores, ou seja, tratava-se de pôr em prática pauta que atendesse o interesse geral da opinião pública, além de voltar a condenar os males do passado que insistiam em permanecerem presentes.

Na prática, sua “neutralidade” foi deixada de lado no decorrer dos anos 1880, quando o jornal assumiu uma posição francamente partidária, ao passar a acompanhar e repercutir o desempenho eleitoral do Partido Republicano, mantendo notas e colunas fixas, como o “Boletim Republicano” e “Política Republicana”, além de seu próprio redator Rangel Pestana ter sido eleito deputado provincial para duas legislaturas, a de 1882-1883 e 1886-1887.

Do ponto de vista do corpo de colaboradores, *A Província de São Paulo* mantinha quadro relativamente permanente de colunistas, em geral intelectuais egressos da Faculdade de Direito de São Paulo: Américo Brasiliense, advogado, signatário do Manifesto Republicano de 1870, professor e autor de livros, como *Lições de História Pátria* (1877) e *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império* (1878); Francisco Glicério, advogado, jornalista da *Gazeta de Campinas* e professor do Colégio Culto à Ciência; João Tibiriçá Piratininga, formado em ciências naturais na França, com participação na Convenção de Itu de 1873; Luiz Pereira Barreto, médico formado na Bélgica, e um dos mais ativos divulgadores do positivismo no Brasil.

Tomavam parte, ainda, Manuel Ferraz de Campos Salles, advogado, membro de família de cafeicultores de Campinas e militante do Partido Republicano; além de João Alberto Salles, advogado e professor, com intensa

atividade intelectual em jornais e livros como *Pátria Paulista* (1887), propaganda do separatismo paulista. Posteriormente, mas em diferentes fases, integraram, também, o corpo de colaboradores, figuras como Júlio Mesquita e Euclides da Cunha.

Em termos de desenho gráfico, a distribuição de conteúdo e seções do jornal manteve certa frequência e regularidade ao longo de toda sua trajetória no século XIX: a primeira página trazia o Editorial, o Folhetim e as seções Revista dos Jornais (pequenas resenhas do noticiário jornalístico), Exterior (noticiário internacional), Letras e Artes (coluna literária), Crônica Política, Seção Científica, Questões Sociais, Instrução Pública a página 2, trazia a Seção Livre e o Noticiário (cidades do interior da província).

As duas últimas páginas eram dedicadas aos anúncios que, ao mesmo tempo em que revelavam uma São Paulo em transformação urbana com reclames de casas bancárias, lojas importadoras, livrarias, bazares de roupas francesas, mostravam, também, os limites de *A Província de São Paulo* diante da questão da escravidão e do abolicionismo, repetindo o comportamento dos republicanos e de seu partido, que ao longo de seus congressos, evitaram enfrentar o assunto ou, no máximo, postergaram o debate do tema para oportunidades seguintes, considerando não se tratar de assunto “político” e sim “social”. Assim, não era incomum encontrar, entre uma propaganda de loja de roupas ou de um bazar de armarinhos, notas de fugas de escravizados, recompensas oferecidas por capturas de escravizados evadidos, compra e venda de escravizados, inclusive, crianças, eram frequentes e abundantes.

O jornal passou por diversas fases em termos de controle societário e de composição de redação. Nesse sentido, divisa-se quatro fases tomando como critério a composição do corpo de redatores: a primeira fase, entre 1875-1884, correspondendo a fase original composta por Rangel Pestana e Américo de Campos. Do ponto de vista editorial, o jornal adotou, nessa fase, postura que combinava propaganda e doutrinação, numa clara intenção de formar uma cultura política junto ao seu público leitor. Duas seções, especificamente, vão pautar seu repertório: os editoriais e a seção “Questões Sociais”. Em geral, os editoriais são publicados sem título e seus conteúdos abarcam tanto assuntos locais como nacionais e debatem os temas mais cotidianos, ao passo que a seção “Questões Sociais” tinha caráter mais doutrinário.

Uma estratégia lançada pelo jornal, nessa fase, talvez para superar a dificuldade de não possuir correspondentes locais ou, possivelmente, para se colocar no debate público, era tecer considerações e opinar, favorável ou contrariamente, sobre conteúdos de notícias que haviam sido publicadas por outros órgãos de imprensa. Nesse sentido, seus principais interlocutores, em São Paulo, eram o *Correio Paulistano* e a *Tribuna Liberal*; no interior, a *Gazeta de Campinas*; além de diários publicados em outras províncias, caso do Rio de Janeiro como *Gazeta de Notícias* e *O Globo*; no Recife, *O Democrata*; e em Porto Alegre, *O Federalista*.

Nessa fase, como de resto nas demais, quando abordavam assuntos nacionais, os editoriais, o faziam pela ótica da crítica antimonárquica e da propaganda republicana. Assim, atacavam os partidos monárquicos e seus próceres, na província de São Paulo, e os gabinetes do Império. Denunciavam o que era considerado a excessiva centralização imposta pelo regime monárquico e, ao mesmo tempo, faziam o proselitismo partidário sobre o movimento republicano brasileiro.

A escravidão e o abolicionismo, duas questões em alta naquele contexto, foram tratadas em *A Província de São Paulo* de forma mais aprofundada na seção “Questões Sociais” por dois de seus colaboradores mais presentes no jornal nessa fase: Luiz Pereira Barreto, médico e divulgador do positivismo, e Manuel Ferraz de Campos Salles, advogado e militante do Partido Republicano. Ambos concordavam que a escravidão atrasava a inserção do Brasil no concerto das nações civilizadas e do progresso, mas ponderavam que antes de sua extinção era necessário o cumprimento de medidas que “protegessem os interesses da lavoura”, ou seja, indenização aos fazendeiros e um amplo programa de importação de imigrantes europeus.

Por outro lado, o jornal refletia, no campo das crônicas políticas locais, as preocupações higienistas da época. Nesse sentido, a “Seção Científica” foi espaço privilegiado, em diversas oportunidades, na propagação de medidas que visavam o controle social do espaço urbano de uma cidade que crescia e se modernizava, através de medidas médico-sanitárias. Preocupação com a localização de cemitérios, adoção de políticas de higiene pelos códigos de posturas municipais, calçamento e melhoramento de ruas e estradas, cuidados acerca das condições de manejo de cadáveres, dentre outros

assuntos, pautavam as cobranças, pelo jornal, de intervenção do poder público na organização e controle do espaço.

O tema recorrente, contudo, era a “instrução”, terminologia pela qual se tratava a questão da educação nas últimas décadas do século XIX. *A Província de São Paulo*, através de seus redatores e de seus colaboradores mais próximos, entendia que, por meio da instrução, era possível o convencimento popular mais rápido em direção à República. Por isso eram recorrentes editoriais e colunas cobrando dos poderes públicos maior atenção para com a instrução pública.

Foi o caso do editorial de 30 de julho de 1880, que afirmava que a instrução pública na província de S. Paulo encontrava-se “atrasadíssima e muito longe do seu desenvolvimento material”. Enquanto os paulistas já dispunham em adiantado progresso de estradas de ferro, melhoramentos da lavoura de café, no “aperfeiçoamento das raças de cavalos”, dentre outras iniciativas, dizia o editorial, a instrução pública, contudo, “nada de digno” tinha para oferecer – “o progresso relativo à instrução é tristíssimo”. E toma como exemplo, para justificar seu diagnóstico, a ausência de professores habilitados (referindo-se à falta de concursos).

A preocupação insistente demonstrada pelo jornal em relação a ciência e a instrução esteve presente ao longo de toda sua trajetória e vinha ao encontro de um certo espírito de época representado por algumas elites espalhadas em diversos cantos do Império. O caso mais proeminente é o do Rio de Janeiro que conforme César Agenor Fernandes da Silva (2010) em seu *Ciência, Técnica e Periodismo no Rio de Janeiro (1808-1852)* revela a proliferação, a partir da chegada da Família Real em 1808 e a subsequente revogação dos impeditivos legais para a instalação de tipografias no Brasil, de uma gama variada de impressos tratando de temas como ciência e instrução.

A. Alberto Salles entra para o jornal

A partir da edição de 10 de outubro de 1884, *A Província de São Paulo* ingressa em sua segunda fase, momento que aconteceu com a entrada de Alberto Salles para o jornal, na condição de proprietário, gerente e redator. Com isso, Francisco Rangel Pestana passou o controle societário para a Alberto Salles & C., com a retirada de Américo de Campos e José Maria Lisboa,

que pouco tempo depois viriam fundar o *Diário Popular*. A saída de Campos e Lisboa foi motivo de diversas versões, prevalecendo a de que ambos entraram em litígio com Salles devido ao seu antilusitaníssimo.

Na mesma edição de 10 de outubro traz em sua página 2 uma pequena nota dirigida ao público e assinada por F. Rangel Pestana e J. Alberto Salles na qual afirmam:

Em virtude de contrato social, firmado ontem, passou a empresa *A Província de São Paulo* a ser propriedade dos abaixo assinados que constituíram uma sociedade sob a razão de Alberto Salles & Companhia, sendo o primeiro abaixo assinado socio comanditário e o segundo gerente (*A Província de São Paulo*, 10 out. 1884, p. 2).

Com a nova composição, Rangel Pestana passou a responder pela redação política de *A Província*, assinando grande maioria dos editoriais, enquanto Alberto Salles assinava artigos de maior profundidade em que desfilavam suas convicções positivista-evolucionista. Irmão de Manuel Ferraz de Campos Salles, futuro presidente da República no quadriênio 1898-1902, João Alberto Salles pertencia a família de proprietários de terras e escravos na região de Campinas e desde os tempos em que fora estudante de engenharia, no Instituto Politécnico Rensselaer, de Troy, Nova York, entre 1875-1876, tornara-se colaborador de *A Província de São Paulo*.

Alberto Salles publicava artigos tratando dos mais diferentes assuntos: campanhas e pleitos eleitorais, homogeneidade do caráter nacional, lei de locação de serviços, a questão da imigração, a necessidade de legislação voltada para integrar os estrangeiros do país à condição de cidadãos de direitos, a abertura de novos mercados para o café, as atribuições das funções da classe diplomática, partidos políticos, monarquia e federação, o regime parlamentarista, todos escritos à luz de uma leitura muito particular das teorias científicas em voga.

Compreendia que a imigração europeia era, não só uma saída para a questão da oferta de mão-de-obra, como, também, condição indispensável para a construção de uma nacionalidade biologicamente uniforme e em conformidade com os parâmetros civilizacionais da época. Em “Homogeneidade do caráter nacional”, (*A Província de São Paulo*, 13 nov. 1884) o autor tece considerações de fundo filosófico-darwinista sobre as condições

adequadas para o cruzamento de “raças”, fato que o autor considera necessário ser levado em consideração pelo Brasil, para que o fluxo imigratório obtivesse sucesso no país – “a emigração, como fato social, para ser conveniente e proveitosa, nunca deverá ir de encontro a certas e determinadas condições biológicas”.

Salles, afirma que a introdução de imigrantes de “raças inferiores” poderia provocar situações desvantajosas para os naturais daquele lugar pois, segundo o autor, o “cruzamento de duas raças só [é] vantajoso, quando há entre ambas uma tal semelhança de condições físicas e mentais”. E cita o caso dos africanos “importados” até a data de 1850 (data da Lei Eusébio de Queirós) e que já davam mostras dos inconvenientes que essa imigração teria causado. Recomenda, então, com base em alegadas leis biológicas que, para o caso nacional, fosse incentivada a imigração de portugueses e italianos e que, nem mesmo os alemães, seriam recomendados, pois que se achavam em oposição, do ponto de vista etimológico, à raça latina, base constitutiva dos nacionais, impossibilitando, dessa forma, a pretensa homogeneidade do caráter nacional.

Formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Alberto Salles dedicava-se, também, à atividade do magistério e à publicação de livros de combate político, a exemplo de *como Política Republicana*, de propaganda política, como *A Vitória Republicana*, pequeno livreto expondo o desempenho eleitoral do Partido Republicano, e *Catecismo Republicano*, livro, como bem sugere o título, de doutrinação republicana, além de *O Direito*, todos publicados em 1885.

Data, ainda, desta mesma fase em que Alberto Salles respondia pela redação de *A Província de São Paulo*, a polêmica que travou com Júlio Ribeiro, escritor e diretor do jornal *Diário Mercantil*. Ambos trocaram farpas pelos jornais com acusações mútuas que iam desde plágio passando por ataques pessoais, sendo que publicaram, após a contenda, opúsculos, no mesmo ano de 1885, reunindo as diversas cartas que endereçaram um ao outro pelos jornais: Júlio Ribeiro, publicou *Cartas Sertanejas* e Alberto Salles, em resposta, sob o pseudônimo de Demócrito, lançou *Cartas e Bilhetes Postais a Júlio Ribeiro* – folheto de 127 páginas cuja distribuição foi gratuita. A polêmica nasceu quando Júlio Ribeiro acusou dois deputados republicanos paulistas, recém-eleitos, de não estarem à altura, científica e intelectualmente, para o

exercício dos mandatos. Acusação imediatamente rechaçada por Alberto Salles que, em resposta, o acusou de plágio.

Enquanto Alberto Salles lançou mão de seu melhor embasamento filosófico para dar vazão à propaganda republicana através de artigos e livros de divulgação doutrinária e de crítica política, Rangel Pestana, assinava editoriais ocupando-se de assuntos locais, como a construção do museu provincial e do monumento do Ipiranga, o crescimento da violência na cidade e dos serviços de verificação de óbitos que não acompanhavam o crescimento urbano, impostos sobre circulação de mercadorias, necessidade de construção de hospedaria para imigrantes recém chegados a São Paulo, dentre outros assuntos.

Retoma o tema da educação ou da “instrução”, dando continuidade ao repertório da 1ª. fase e que, se por um lado, refletia sua face de professor e proprietário do Colégio Pestana, por outro, vinha ao encontro do repertório de *A Província de São Paulo*, cuja crença era de que somente através da “educação científica” seria possível promover a “evolução” social e política e, portanto, alcançar a república.

Ao todo, publicou cinco editoriais tratando sobre o tema, nos quais reivindicou reforma do ensino primário e da instrução pública, denunciou os “vícios do ensino secundário”, a exigência de concursos públicos para nomeação de professores e o que entendia por necessária, isto é, a “emancipação do ensino particular”. No caso deste último afirma:

Hoje é geral a queixa contra os colégios [particulares], mas o que hão de fazer aqueles que comprometem seus capitais, o tempo e a saúde na direção de tais estabelecimentos, senão se acomodar às exigências dos programas oficiais, aos abusos determinados das mesas de exame, aos absurdos dos regulamentos e a preocupação dos pais e pretendentes à matrícula nos cursos superiores? (*A Província de São Paulo*, 16 out. 1885, p. 1).

Rangel Pestana denunciava, por um lado, o que considerava o excessivo controle governamental sobre o ensino particular, que deveria se submeter às regras e normas oficiais fato, que, segundo o redator, impedia que os colégios particulares oferecessem um ensino científico aos estudantes; por outro lado, criticava a cultura que havia se disseminado entre a sociedade,

ou seja, de que o ensino secundário era tão somente um trampolim para o curso superior.

Na edição de 15 de dezembro de 1885, o jornal anunciou a saída de Alberto Salles, tanto da sociedade mantenedora como da redação do jornal. A edição traz notas esclarecendo a saída de Alberto Salles da sociedade e da redação de *A Província*. A primeira nota assinada por A. Salles e F. Rangel Pestana afirmou que a sociedade Alberto Salles & Companhia havia sido dissolvida, ficando, com a saída de Salles, apenas Pestana com a responsabilidade de todo o ativo e do passivo; em seguida, em outra nota, Alberto Salles, ao se dirigir ao público, justificava sua saída argumentando razões de ordem pessoal para tal decisão.

Agradece ao tratamento dispensado a ele pelo redator político Rangel Pestana e todos os demais funcionários de *A Província de São Paulo* e afirma deixar o jornal nas melhores condições financeiras; finalmente, em outra pequena nota, Rangel Pestana agradece a “valiosa cooperação” do colega, afirmando que o jornal não sofreria nenhuma alteração em seu programa com a saída de Alberto Salles e que assumiria isoladamente a direção da empresa e da redação do jornal.

A gestão de Alberto Salles em *A Província* foi marcada por diversas polêmicas e contendas, a começar por sua campanha antilusitana, que não só afastou Américo de Campos e José Maria Lisboa do jornal como colocou em risco a saúde financeira da empresa devido ao boicote de anunciantes portugueses, fato que por “muito pouco leva o jornal à falência” (Pilagallo, 2012, p. 45). Se, por um lado, tentou empregar uma linha editorial mais filosófica e doutrinária, por outro, do ponto de vista administrativo, sua atuação trouxe graves prejuízos ao jornal.

Polemismo e cientificismo foram as marcas do jornal *A Província de São Paulo* sob o comando de Alberto Salles, características não só do próprio jornalista, mas prática intelectual constante ao longo do século XIX, constituindo-se em uma espécie de gênero literário, como demonstra Roberto Ventura (1991), contribuindo, de forma decisiva, para a formação da crítica literária e do pensamento social brasileiro.

Por outro lado, a leitura da realidade social, política e econômica pelo viés do científico, da mesma forma, não era uma apropriação isolada de Alberto Salles, naquele contexto, como demonstram os trabalhos de Kaori

Kodama (2019) e Giselle Martins Venancio (2013) sobre *Sciencia para o Povo* e *Revista Popular*, respectivamente, periódicos que circularam no Rio de Janeiro em fins do século XIX, revelando que falar de assuntos científicos era uma forma de atualizar o Brasil com a Europa.

B. “a maior das folhas diárias” da província de S. Paulo

Após a retirada de Alberto Salles da sociedade-proprietária do jornal, Francisco Rangel Pestana assumiu, sozinho, tanto a condição de proprietário como a de diretor-redator de *A Província*, assinando, também, os editoriais. É também dessa terceira fase do jornal o mandato legislativo que Rangel Pestana assumira junto a Assembleia Provincial de São Paulo para o biênio 1886-1887.

Não se percebe grandes alterações no formato e na diagramação do jornal, que continua sendo publicado em quatro páginas, sendo que os assuntos políticos, o noticiário nacional e internacional, as seções permanentes mantinham-se, como de costume, nas duas primeiras páginas e nas duas últimas eram expostos os anúncios. No entanto, percebe-se que deixando de existir a análise de fundo teórico-filosófico empregada por Alberto Salles, a linha editorial de *A Província de São Paulo* voltou-se, basicamente, aos assuntos locais.

Na edição de 6 de julho de 1886, Rangel Pestana assinou pequena nota intitulada “Novas Promessas”, na primeira página, comunicando aos leitores que o jornal entraria em “um período de maior atividade” prometendo para as edições seguintes maior espaço para as seções de notícias estrangeiras e literárias e de questões econômicas que passaria ser chamada de “Revista Econômica”. Também a seção “Comércio e Lavoura” ganharia um novo formato passando a tratar de variados assuntos. Apesar das promessas, verifica-se que no decorrer da fase em que respondeu exclusivamente como único proprietário e redator ocorreu muita inconstância e irregularidade na disposição das seções.

Por esta época, *A Província de São Paulo* alcançava a liderança em número de tiragem dentro do campo jornalístico paulista. O próprio Rangel Pestana, na mesma nota afirmava que, o jornal havia atingido, naquele momento, a tiragem de 3.300 exemplares o que o tornava a “maior das folhas

diárias” da província de São Paulo, atingindo várias localidades do interior e que, para os meses seguintes pretendia ampliar esse número.

Um dos assuntos mais debatidos no decorrer da terceira fase foi a campanha separatista. Alberto Salles foi quem sistematizara os ideais do separatismo paulista com a publicação do livro *A Pátria Paulista*, de 1887, pela editora da *Gazeta de Campinas*. Na coluna “Seção Livre”, de 21 de agosto de 1887, *A Província de São Paulo* publicou uma resenha do livro de Alberto Salles na qual se afirmava que a obra não passaria despercebida pela opinião pública, pois que o tema central abordado iria romper com a “inércia dos espíritos” constituindo verdadeira agitação entre os “bons patriotas”. Considerava que a situação política vivida pelo país era “extremamente grave” e que o livro de Salles era uma resposta à centralização e ao despotismo monárquico.

A monarquia representava um “obstáculo” ao progresso paulista, continuava a resenha, não restando outra saída senão “conquistar sua independência” pela “desagregação do Império”. Relaciona os ganhos que São Paulo teria com a separação do Império:

[...] o progresso nas finanças, na instrução, na indústria, na agricultura, no comércio e, em geral, em todas as manifestações da atividade coletiva e individual, seriam os resultados seguros e promissores da autonomia total, adquirida pela separação (*A Província de São Paulo*, 21 ago. 1887, p. 3).

A campanha separatista, a despeito de sua intensa propaganda, não contou com integral apoio dos republicanos. É o que demonstra a coluna “Política Republicana”, publicada na edição de 17 de junho de 1887, intitulada “O separatismo”, na qual se afirma que os republicanos reunidos em congresso haviam aprovado documento no qual se dizia que “não era de boa política o partido assumir [naquele] momento a responsabilidade da propaganda separatista” o que não significava que estavam contra a causa, ao contrário, votavam “simpatias” por ela. Apenas que não consideravam o momento adequado e que deixariam tal proposta como recurso político para “um caso fatal”, mas que nada impedia que os seus membros “[agitassem] a questão na esfera de sua responsabilidade individual”.

Ainda que Alberto Salles tenha se dirigido diretamente ao partido, seu congresso e à imprensa republicana não conseguiu muitos adeptos à causa separatista e o tema acabou por cair no esquecimento. Ao mesmo tempo, tema que efetivamente dominava as páginas de toda a imprensa nacional, em meados dos anos 1880, e que exigia uma tomada de posição por parte de *A Província de São Paulo*, era mesmo a questão da abolição.

Diante da inevitabilidade do fim da escravidão, em grande parte devido à grande mobilização desencadeada pelo movimento abolicionista e as inúmeras ocorrências de fugas de escravizados, *A Província de São Paulo* passou a pautar com mais frequência o tema, fosse em seus editoriais, em artigos autorais ou matérias originalmente publicadas por outros órgãos de imprensa e reproduzidas em suas páginas.

O fato é que desde sua fundação em 1875, o jornal, seguindo orientação do Partido Republicano, evitou assumir uma posição declarada, preferindo dubiedades, ou seja, condenava a escravidão enquanto instituição que afrontava as crenças filosóficas-cientificistas, mas, desaprovava sua extinção imediata sem antes acomodar os interesses dos fazendeiros através de financiamento estatal da imigração e de leis indenizatórias.

De forma que entre uma notícia dando conta da fuga de escravizados de alguma localidade do interior de São Paulo e artigos exigindo reformas políticas, econômicas e legais que pudessem “preparar” o país para uma abolição sem “revolução”, *A Província de São Paulo* procurou se antecipar às esperadas críticas que viesse a receber após a consumação do fato, respondendo desde antes do 13 de Maio, como é o caso do artigo “Os Republicanos e a Abolição” inserido na coluna “Política Republicana” e publicado, sem assinatura, na edição de 9 de maio de 1888.

O artigo é uma resposta a José do Patrocínio então diretor da Confederação Abolicionista e redator do jornal *Cidade do Rio*. Afirma o artigo que desde 1873 (data de fundação do Partido Republicano Paulista) que os republicanos paulistas se manifestavam em favor da questão abolicionista colocando-se na “vanguarda” daqueles que combatiam pela causa abolicionista. Sobre a acusação de que os republicanos eram “negreiros e aristocratas”, diz o artigo:

Negreiros, nós já o demonstramos, abrindo as páginas da história republicana na província, nunca fomos. [...] jamais fomos negreiros: - sempre nos manifestamos a favor no sentido de abolir a escravidão, nunca no de conservá-la (A Província de São Paulo, 9 mai. 1888, p. 1).

E segue defendendo o posicionamento dos republicanos em face do problema da escravidão, lembrando que desde o Manifesto de 1873, o partido “já apresentava um sistema de libertação” e que os republicanos paulistas haviam dado provas de que trabalhavam pela causa abolicionista:

Que mais inequívocas provas podem ser dadas em abono do nosso radicalismo abolicionista [grifo nosso] do que o procedimento dos republicanos iniciando a propaganda da libertação imediata e incondicional, [mesmo] contra a opinião do sr. Prado [líder conservador em São Paulo], no Congresso de fazendeiros, e tornando-a fato na prática de libertações em massa? (A Província de São Paulo, 9 mai. 1888, p. 1).

Aponta, ainda, outra prova apontada pelo artigo em defesa dos republicanos: “Que mais pode ser feito no terreno prático do que [...] a consecução da lei que impunha 400\$ rs. sobre cada escravo da província, lei que teria já libertado S. Paulo [...] não fosse o veto do presidente da província.” E conclui afirmando que o partido “só tem feito afirmação de abolicionismo radicalista” e que por meio de clubes, congressos, imprensa só tem “lutado corajosa e vitoriosamente pela abolição incondicional”.

Na edição de 13 de maio de 1888, o editorial “Glória à Pátria”, comemorativo à abolição da escravidão, o jornal tece considerações sobre o acontecimento, com clara intenção de inserir São Paulo e os republicanos no rol de protagonistas que concorreram para a realização do fato. Inicia afirmando que a libertação dos escravos no Brasil deu-se em meio a ambiente de “plena paz, sem perturbação da ordem” e que foi alcançada em grande medida por força do “movimento de opinião”. Atribui ao povo o grande responsável pela vitória: “A vitória do abolicionismo exprime, pois, a vontade nacional. O general que dirigiu a batalha e conseguiu a vitória foi esse grande anônimo que se chama – povo”.

Em seguida o editorial faz um rápido apanhado histórico dos inícios da luta pela abolição, citando, nominalmente: Tavares Bastos em suas *Cartas do Solitário*, de 1863; o trabalho prático junto ao judiciário e de promoção de fugas de Luiz Gama e Américo de Campos; o programa do jornal *Opinião Liberal*

que, em 1866, incluiu a proposta de substituição do trabalho escravo pelo livre; a ação de Ferreira de Menezes no Rio; o aparecimento, a partir de 1868, de associações “secretas” que promoviam a fuga de escravos das fazendas; as Falas do Trono sobre o elemento servil; a promulgação da lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre).

Ao referir-se lideranças, como José do Patrocínio, João Clapp, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Ennes de Souza, José Mariano, o jornal enfatiza as oscilações da atuação do movimento entre o apelo ao sentimentalismo humanitário, provocações e argumentação científica. Lembra ainda as “vozes eloquentes” de Rui Barbosa e José Bonifácio. E finaliza referindo-se à atuação, em São Paulo de Antônio Bento, elogiando o ato do Gabinete 10 de Março julgando-o necessário e enfatizando que a província de São Paulo se encontrava, naquele instante, preparada economicamente para atravessar as transformações que viriam com a libertação dos escravos.

A partir do 13 de maio de 1888, percebe-se que *A Província de São Paulo* procurou construir uma narrativa de confronto sobre a abolição da escravidão no sentido de evitar que a monarquia, e a Princesa Isabel em particular, tirassem proveitos políticos do fato e, com isso, promovessem a continuidade do regime monárquico com o advento do 3º. Reinado. No editorial “O Partido Republicano”, de 26 de maio de 1888. reproduz dois tópicos do manifesto tirado no Congresso do Partido Republicano realizado, havia, pouco tempo depois da sanção da Lei Áurea.

O manifesto dirigido aos “cidadãos” inicia fazendo alusão à lei que extinguiu a escravidão, afirmando que muito concorreu para que ocorresse, tanto a “vontade popular” como o exército, o “órgão social que melhor traduz [...] a integração da Pátria”. Ressalta, também, o papel do Partido Republicano no processo histórico que culminou com a lei do 13 de maio:

Pode-se sustentar sem receio de contestação que o partido republicano nunca foi contrário ao movimento emancipador da raça escrava e muito concorreu, através da propaganda e na formação da opinião, para a libertação dos escravos (*A Província de São Paulo*, 26 mai. 1888, p. 1).

O manifesto alerta, porém, para o fato de que a monarquia pretendia tirar proveito da popularidade da lei áurea para dar continuidade a um

possível Terceiro Reinado, o que, em seu julgamento, deveria ser impedido. Logo, era necessário que os republicanos se atentassem para o caso e se organizassem para conter tal ação. Segundo o manifesto, a monarquia deveria ser extinta, dado que o último apoio em que se sustentava – a escravidão – havia sido suprimida.

Após a promulgação da Lei Áurea, *A Província de São Paulo* abandonou sua retórica propagandista e passou a calibrar seu repertório em palavras-chave mais diretas e coladas à realidade política do país pós-abolição, caso de, “guerra civil”, relacionando-a com protagonistas do regime monárquico como a Princesa Isabel e seu marido, o Conde d’Eu, Joaquim Nabuco, o Barão de Cotegipe e até mesmo José do Patrocínio que embora admirado pelo jornal durante todo o período do movimento abolicionista, passou a ser atacado, após a abolição, devido ao fato de se declarar monarquista e por insuflar a Guarda Negra contra os republicanos.

O jornal passou, então, a denunciar junto a seus leitores, a articulação de uma espécie de conspiração palaciana comandada pelo consorte da Princesa Regente. No editorial “Ao chegar “O Congo”, (A Província de São Paulo, São Paulo, ano XIV, n. 4017, p.1, 23 ago. 1888) o jornal afirmou que após o afastamento do Imperador e a subida da Regente Isabel ao trono, o Conde d’Eu havia saído da sombra e passou a intrometer-se em assuntos de Estado como no caso da escolha de Ferreira Vianna para o cargo de Primeiro-Ministro. O editorial insinuou, ainda, que a ideia do decreto da abolição havia partido do Conde d’Eu com o objetivo de angariar o apoio popular e, assim, satisfazer sua ambição de “sentar-se no trono do Brasil”.

O ano de 1888 terminava e nova mudança na composição societária do jornal era anunciada, justamente com a entrada de Júlio Mesquita para sua redação. Nascido em Campinas, Júlio César Ferreira de Mesquita era formado pela Academia de Direito de São Paulo e vinha, desde janeiro de 1885, colaborando, ainda que não regularmente, com *A Província de São Paulo* ao publicar, naquele mesmo mês e ano, um conjunto de cinco artigos intitulado “Os Partidos Políticos e as Transações”, além de publicar, em janeiro de 1888, durante algumas edições, a coluna “De Lisboa” como correspondente do jornal em Portugal.

C. Júlio Mesquita na redação d'*A Província*

Assim, na edição de 03 de novembro de 1888 uma pequena nota publicada na página 1 e assinada por F. Rangel Pestana anunciava nova constituição societária e de composição da redação de *A Província de São Paulo*: “Transferi a propriedade do jornal *A Província de São Paulo* e do seu estabelecimento tipográfico a uma sociedade comanditária sob a firma – Rangel Pestana & Comp. [...]”. Com essa iniciativa, começava a quarta e última fase de *A Província de São Paulo* que se estendeu até 31 de dezembro de 1889.

Dizia Rangel Pestana, naquela nota, que conservava “a direção política da folha” e que a gerência ficava confiada a Júlio Mesquita, “talentoso e conhecido escritor, que fará também parte da redação”. E ratifica a posição do jornal em relação ao programa, afirmando que a despeito das alterações continuava o mesmo e haveria de “ser executado como tem sido até agora”.

De fato, é possível perceber que o programa político do jornal não se altera com a entrada de Júlio Mesquita para a redação. Ao contrário, os editoriais tornam-se ainda mais combativos, situação que talvez possa ser explicada pela conjuntura – Mesquita assumiu após o 13 de maio e até a mudança do nome do jornal para *O Estado de S. Paulo*, ocorrida em janeiro de 1890, os editoriais pautaram as consequências da abolição da escravidão, o combate ao sistema monárquico e à seus representantes, como os partidos políticos, e personalidades em seu entorno, como a Princesa Regente e seu marido o Conde d'Eu, o jornalista José do Patrocínio, que após a Lei do 13 de maio passou a ser acusado pela *Província* de liderar a Guarda Negra que atuava, segundo o jornal, para tumultuar o movimento republicano e Joaquim Nabuco, que a despeito de sua atuação como abolicionista manteve-se fiel ao regime monárquico.

Júlio Mesquita percebeu que o momento político vivido pelo país pós-abolição requeria uma forma de enfrentamento por parte dos republicanos, onde não mais cabiam os termos da “fase da propaganda” e sim fazia-se necessário um combate diário que refletisse os acontecimentos políticos não só nos editoriais, mas também em outras seções do jornal, como no “Boletim Republicano”, “Noticiário”, dentre outros. Foi de Júlio Mesquita que partiu o convite a Euclides da Cunha para que ele passasse a ser colaborador da *Província*, fato que se realiza entre dezembro de 1888 e janeiro de 1889,

momento em que o futuro autor de *Os Sertões* publicou seus primeiros artigos.

Paralelamente às suas atividades jornalísticas, Júlio Mesquita intensificou sua atuação como militante do Partido Republicano, assumindo funções partidárias que, após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o levaram a se afastar de *A Província* para tomar parte junto do governo republicano no Estado de São Paulo, assim como o próprio Francisco Rangel Pestana que assumiria o governo provisório paulista. O nome de ambos, inclusive, não comparece mais no cabeçalho do jornal após o 15 de novembro, dado o envolvimento que tiveram com os governos republicanos recém instituídos.

Tendo à frente Júlio Mesquita, *A Província de São Paulo* passou a pautar sua linha editorial fundamentalmente em assuntos nacionais, tratando especificamente de temas políticos nacionais repercutindo não só fatos pontuais, como, também, posicionando-se criticamente em relação às instituições políticas monárquicas daquela conjuntura.

Deslegitimar a monarquia, suas instituições e seus representantes não era propriamente uma novidade, pois desde sua fundação em 1875 o jornal vinha realizando esse combate. A diferença, contudo, é que o cenário pós Lei do 13 de maio acelerou o processo de desgaste institucional e *A Província* soube compreender o momento e tirar proveito a favor da causa republicana com contundência.

Percebe-se que após a abolição da escravidão houve uma corrida entre republicanos e monarquistas pelo protagonismo do fato. Se em diversas oportunidades os editoriais acusavam a Princesa Regente de usar a abolição para justificar a continuidade da dinastia com o advento do Terceiro Reinado, em outros, por seu turno, exaltava-se o papel representado pelos republicanos no processo de libertação dos escravizados.

No editorial “Que Fizeram?”, (*A Província de São Paulo*, 4.11.1888) o jornal afirmava que a grave crise política e econômica vivida pelo país era causada pela ausência de medidas complementares e necessárias que deveriam ser tomadas pela monarquia após o 13 de maio – “a monarquia não fez reformas preliminares à abolição, nem as complementares” – e por isso encontrava-se “aturdida”, “desorientada” e “sem norte nas questões econômicas e administrativas”.

O mesmo editorial afirmava, ainda, que o destino do país se encontrava jogado à própria sorte sob um governo incapaz de aprovar leis que promovessem a liberdade de cultos e a descentralização das províncias e que *concedessem à lavoura indenização e reparos jurídicos* (grifos meus), referindo-se ao 13 de maio.

Refletindo, ainda, ao ambiente político daquele momento os editoriais de *A Província de São Paulo* passavam a incorporar ao seu repertório vocábulos mais contundentes, a saber: “guerra civil”, “luta armada” e “ódios de raça”, refletindo o clima tenso e tumultuado que confrontava adeptos da monarquia e grupos de libertos contra republicanos durante eventos promovidos por estes, caso de conferências e meetings, mas que, na realidade, visavam estimular, na opinião pública, uma reação antimonárquica.

Em geral, o jornal identificava no governo e em seus representantes, os agentes que estimulavam as “desordens” como no editorial “Beócios”, em que se afirmava que os prepostos do governo incitavam “espíritos intolerantes” a uma verdadeira “guerra civil” contra os republicanos:

Às violências à mão armada, aos insultos por desordeiros protegidos, aos doestos por miseráveis a soldo e pagos à nossa custa, às insidiosas medidas de proteção à ordem pública, mas verdadeiras ciladas aos entusiastas da República, hão de suceder fatalmente as represálias populares, as vinganças das famílias das vítimas (*A Província de São Paulo*, 23 mar. 1889, p. 1).

No contexto de final dos anos 1880, *A Província de São Paulo* ainda não contava com um correspondente na Corte, a capital do Império, local que por concentrar o centro político nacional se constituía em palco de debates e enfrentamentos mais acalorados, haja vista que se tratava da capital do Império. Por isso, o jornal, para informar seu público sobre os acontecimentos, reproduzia notícias e artigos publicados originalmente nos periódicos cariocas. Além disso, mantinha em sua primeira página a coluna “Telegramas”, que vinha acompanhada, logo abaixo, do subtítulo “Serviço Especial da “Província””, através da qual aproxima os leitores das notícias mais recentes vindas do Rio de Janeiro.

E foi através de um telegrama que *A Província de São Paulo* abriu a edição de 16 de novembro de 1889, ao noticiar que a República havia sido proclamada no Brasil e que um governo provisório encontrava-se em

formação. O sentimento comemorativo e celebrativo adotado tomou conta de todas as páginas daquela edição, inclusive, a de anúncios, como a da joalheria Suplicy, localizada à rua da Imperatriz n.43, propriedade de Hipólito Suplicy, que abre o reclame em letras grandes no qual se lê: “Viva a república!!!” – “Alfinetes republicanos de 2\$000 a 5\$000”.

A partir da edição de 16 de novembro de 1889, os nomes de Francisco Rangel Pestana e Júlio Mesquita deixaram de constar do cabeçalho do jornal. A edição de 17 de novembro anunciou que Rangel Pestana iria compor o Governo Provisório do Estado de São Paulo ao lado de Prudente de Moraes e do Coronel Mursa, formando, assim, um Triunvirato. A página 1 da mesma edição, trouxe uma longa coluna intitulada “A República”, tratando dos desdobramentos dos acontecimentos em São Paulo, a formação e a instalação do governo provisório, além de manifestações transmitidas por diversas localidades do interior paulista.

Decorrido pouco mais de um mês dos acontecimentos do 15 de novembro, *A Província de São Paulo* chamava a atenção de seus leitores para os riscos e perigos que a República corria naquele momento. No editorial “A Ditadura e os Conspiradores”, da edição de 22 de dezembro de 1889, o jornal afirmou que interesses “ambiciosos” de “intrigantes políticos” colocavam em perigo e os interesses sociais sob a guarda do novo regime político.

O editorial acusava os “conspiradores” e os “traidores que se apressaram a aderir solenemente à República” como responsáveis pelas ameaças. E afirmava:

Esses trêfegos que nunca passaram de criados da ditadura monárquica, de figuras ridículas no regime da ilegalidade, de trapalhões que tiraram a força moral à constituição do império e que sacrificaram por subserviência, pela corrupção administrativa e pelos erros políticos, as instituições a que serviam [...] (*A Província de São Paulo*, 22 dez. 1889, p. 1).

Daí em diante, o editorial passou a defender a “ditadura republicana” – referência a uma concepção positivista – justificando sua adoção como “uma necessidade para estabelecer a moralidade na administração, o respeito à lei, o prestígio à autoridade e dar satisfação às necessidades nacionais [...]”. E concluía afirmando que “o povo não reclama contra a ditadura porque sente a sua ação benéfica e pouco se lhe dá que, mantendo-se ela nas condições da

sua legitimidade, continuem por um, dois ou três anos”. O assunto voltou à baila um dia depois no editorial “Governo Forte”, conclamando o povo para a defesa da república recém proclamada e afirmando que não bastam “a armada e o exército”, mas a “força real” e “o espírito aguerrido do povo” na “defesa da pátria e garantia das instituições novas”.

O editorial conclamava a formação de corpos de “voluntários da República” ao estilo dos “voluntários da Pátria” da Guerra do Paraguai, formados pelos “moços das nossas melhores famílias” e citava exemplos de batalhões de republicanos já existentes no Rio de Janeiro, formados por estudantes da Escola Militar. A necessidade de defesa da República, segundo o editorial, não significava que o país estava ingressando no militarismo, mas sim que dada as dimensões geográficas do país, as forças militares não seriam capazes, sozinhas, de garantir a “ordem e o progresso” e aí é que entrariam os batalhões republicanos que pugnariam pela garantia do comércio e indústrias.

Em sua última edição de 1889 *A Província de São Paulo* anunciou que o jornal sofreria várias mudanças a partir do ano de 1890: passaria a se chamar *O Estado de S. Paulo* conforme a nova denominação administrativa dada aos entes federativos e que novas máquinas haviam sido encomendadas para melhorar e modernizar o parque tipográfico.

Além disso, um novo redator havia assumido o posto – apesar de não o nomear tratava-se de Felinto de Almeida, escritor português - e que Lúcio de Mendonça passaria a ser o correspondente do jornal no Rio de Janeiro juntando-se a ilustre corpo de colaboradores que o jornal já contava à época: Júlia Lopes de Almeida, Aluísio Azevedo, Raimundo Correa, Valentim Magalhães, Alberto Oliveira, Raul Pompeia, dentre outros. E, por fim, Fialho de Almeida, escritor lusitano passaria a ser correspondente em Portugal.

IV. A semântica do político do jornal *A Província de São Paulo*

Por se tratar de um jornal criado pelos congressistas republicanos de Itu, *A Província de São Paulo* se colocou no campo jornalístico, não só em termos de vocabulário como em termos de estratégia discursiva, de forma mais pronunciadamente partidária, embora, é claro, em seus editoriais, negasse tal vinculação. De tal forma que, o discurso professado, sobretudo ao

longo da década de 1880, pelos principais locutores do Partido Republicano de São Paulo, como Alberto Salles e Luiz Pereira Barreto, encontrou ressonância nas páginas de *A Província*, até porque, muitos deles, inclusive, eram colaboradores do próprio jornal.

Analisando os embates discursivos envolvendo os diferentes grupos republicanos em combate contra a ordem monárquica, Daiane Lopes Elias (2016) mostra como, por meio de uma estratégia discursiva ancorada em vocabulário retirado da “política científica”, o grupo dos republicanos-liberais - corrente predominante entre os paulistas e à qual *A Província de São Paulo* encontrava-se vinculada - tornou-se vitorioso naquele contexto de confronto.

Pertenciam ao grupo dos republicanos-liberais, em termos de protagonistas, ainda segundo Elias (2016), Alberto Salles, em São Paulo, Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro, e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul, que, inspirados no tripé “liberdade civil, direitos individuais e não-intervenção do Estado”, de fundo norte-americano, desenvolveram ações convergentes e comuns como as de produzir livros e artigos de imprensa visando a ação e o confronto e não somente a produção de teorias abstratas.

Os ideais defendidos pelos republicanos-liberais não estavam desvinculados de seus interesses práticos e imediatos devidamente manifestados no desejo de ascensão política, prestígio e poder. De modo que, ainda seguindo Elias (2016), falar em democracia, federalismo e descentralização ou se posicionar como anticlerical e antirromântico estava em perfeita sintonia com a estratégia oportunista de defesa de seus interesses particulares e seus anseios de romper com a marginalização social e política imposta por uma sociedade aristocrática que lhes restringia o acesso ao poder e aos cargos do Estado. Portanto, vocabulário e discurso formavam um conjunto organizado de enunciados articulados à interesses de grupos e colocados em ação para o confronto.

Nesse sentido, repertórios de ação e confronto estão interligados a interesses compartilhados de grupos em disputas, sobretudo, em contextos de crises políticas. Sidney Tarrow (2009, p.50-51), ao situar a noção de repertório de confronto, afirma se tratar de um conceito “ao mesmo tempo estrutural e cultural” contornando não somente a ação de indivíduos “engajados num conflito com outros” – “o que fazer” - bem como o entendimento sobre “o como fazer”.

Na mesma linha, Ann Swindler (1986, p.277) destaca os condicionantes culturais presentes nas estratégias da ação política que ajuda a compreender o discurso dos republicanos-liberais e, por extensão, de *A Província de São Paulo*. Sendo a cultura um conjunto de “símbolos, rituais e histórias” capazes de moldar as ações (inclusive as conflitantes) torna-se uma “caixa de ferramentas” capaz de mobilizar a construção de vocabulário, narrativas, conceitos que não são fixos, mas flutuantes cabendo aos grupos em ação a capacidade de ler o contexto histórico e perceber as oportunidades para empregá-las em uma situação de confronto.

Outra estratégia discursiva dos republicanos era contrapor à ordem estabelecida um vocabulário “crítico bipolar”, (Elias, 2016) em que tudo o que dizia respeito à monarquia – valores, instituições e práticas – era deslegitimado por meio de semântica oposta e pares de conceitos em oposição – e *A Província de São Paulo*, na mesma linha, usou amplamente desse expediente linguístico, especialmente, ao longo da década de 1880.

Dessa forma, a constante na construção vocabular de *A Província de São Paulo* era atribuir à monarquia termos e expressões como regime de “privilégio”, “corrupção”, “despótico”, “atraso”, “anacronismo”, “anarquia mental” em tudo tentando depreciar e destruir o opositor, no nível da linguagem. Em oposição, e com base em vocabulário emprestado da política científica, a república significava o “governo de si”, “plena soberania popular”, do “bem comum”, do “talento” e “progresso”; da “evolução”, das “leis científicas”, da “ordem e progresso”, da “marcha geral da civilização”, da “evolução mental”.

No plano da discussão teórica sobre os usos de semânticas, linguagens e enunciados do político, Reinhart Koselleck (2006, p. 193) afirma que a constante, ao longo da história, em matéria da linguagem política é a “figura básica dos conceitos opostos, mas assimétricos”. Nesse sentido, os conceitos linguísticos opostos são usados, intencionalmente, por um determinado grupo (político, social, cultural, religioso) para se impor diante de outro grupo que, além de se reconhecer como oposto, se percebe, ainda, excluído e tratado desigualmente. Assim, conceitos e ação estão imbricados em uma mesma relação.

[...] os conceitos antitéticos são especialmente apropriados para conformar as múltiplas relações, de fato e de intenções, entre os diversos grupos, de modo que os afetados por eles em parte são violentados, e em parte – na mesma proporção – adquirem ação política (Koselleck, 2006, p. 194).

Os conceitos políticos antitéticos estiveram (e estão) presentes na história desde os tempos da antiguidade clássica e medieval como são reveladores os pares heleno-bárbaro e cristão-pagão adquirindo novos contornos e ressignificações conforme as exigências das novas temporalidades históricas com a entrada em cena de novos atores que colocam em prática o combate linguístico via manuscritos, manifestos, jornais, conferências, meetings.

É nesse contexto linguístico que a geração de intelectuais de 1870, responsável por capitanear toda a efervescência cultural da época, impôs suas ideias e ideais pelo principal suporte de escrita e leitura do Brasil oitocentista: o jornal. Em um contexto social e cultural marcado pelos baixos índices de escolaridade e, por isso, altíssimos de analfabetismo – a sempre precariedade do sistema intelectual brasileiro (Lima, 1981, p. 3-19) – a imprensa se constituía no principal veículo da relação entre propagandistas e letrados, alcançando, em alguns casos excepcionais, as ruas e o povo “ágrafo”, como no caso da cidade do Rio de Janeiro (Mello, 2011, p. 124-125).

Para sustentar o repertório de confronto e a semântica binária, os intelectuais que giravam em torno de *A Província de São Paulo*, vão buscar na chamada “política científica” o vocabulário indispensável para aquele momento. Nesse sentido, Maria Thereza Chaves de Mello (2011), destaca a importância da introdução “de novas filosofias” – positivismo, evolucionismo, cientificismo – que alimentaram, decisivamente, a renovação do “vocabulário” e da “semântica” do político forjando uma nova cultura política assentada em palavras-chave como “república”, “ciência”, “progresso” e “evolução” que, por sua vez, configuravam “uma visão de mundo em tudo oposta ao conjunto de ideias e teorias que [havia forjado] o sistema simbólico imperial”.

V. Considerações finais

A trajetória do jornal *A Província de São Paulo* desde sua fundação em 4 de janeiro de 1875 até sua última edição antes da mudança para *O Estado de S. Paulo*, em 31 de dezembro de 1889, passou por diversas fases mantendo-se, contudo, fiel à característica básica do jornalismo praticado no século XIX: o seu caráter político-partidário. Esse traço foi determinante para a existência da imprensa não só em São Paulo como, de resto, em todo o Brasil, conferindo aos jornais seus limites e possibilidades.

Nascido no bojo do Manifesto Republicano de 1870 e da Convenção de Itu de 1873, *A Província de São Paulo* colocou-se no campo da imprensa paulistana como porta-voz de um movimento político em ascensão, contando, a seu favor, com o apoio de setores emergentes da elite cafeeira que, descontentes com o regime monárquico e ávidos por prestígio político e social, patrocinaram a causa republicana.

A Província traduziu a ânsia de poder da classe economicamente emergente de São Paulo, através do manejo de vocabulário, conceitos e repertório. Por outro lado, a utilização insistente de palavras-chave em seus editoriais, artigos de opiniões e colunas doutrinárias, com fins pedagógicos, visando forjar uma cultura política junto a opinião pública paulista.

Nesse sentido, república, no universo vocabular de *A Província de São Paulo* funcionava como uma “caixa de ferramenta”, que quando associada a outras palavras-chave, caso de federalismo, descentralização, imigração, instrução pública, ferrovias, ciência, evolução, raça, dentre outras, eram, propositalmente, utilizadas para a ação, mobilização e enfrentamento na disputa política, local e nacional.

Referências

A Província de São Paulo. São Paulo, ano I, n. 1, p.1, 4 jan. 1875.

A Província de São Paulo. São Paulo, ano VI, n.1626, p.1, 30 jul.1880

A Província de São Paulo. São Paulo, ano X, n. 2867, p.2, 10 out. 1884

A Província de São Paulo. São Paulo, ano X, n. 2895, p.1, 13 nov. 1884

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XI, n. 3169, p.1, 16 out. 1885

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XI, n. 3219, p. 1, 15 dez.1885

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XIII, n. 3421, p.3, 21 ago.1887

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XIII, n. 3664, p.1, 17 jun. 1887

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XIV, n. 3931, p.1, 9 mai. 1888

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XIV, n. 3910, p.1, 13 mai. 1888

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XIV, n.3945, p.1, 26 mai.1888

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XIV, n. 4017, p.1, 23 ago. 1888

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XIV, n. 4077, p.1, 3 nov. 1888

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XIV, n. 4078, p.1. 4 nov. 1888

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XV, n. 4192, p.1, 23 mar. 1889

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XV, n. xxxx, p.1, 16 nov. 1889

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XV, n. xxxx, p.1, 17 nov. 1889

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XV, n. xxxx, p.1., 22 dez, 1889

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XV, n. 4417, p. 1, 22 dez. 1889

A Província de São Paulo. São Paulo, ano XV, n. 4426, p.1, 31 dez. 1889

ALONSO, A. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, A. B. **História dos Velhos Teatros de São Paulo** (Da Casa da Ópera à inauguração do Teatro Municipal). São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p. 113-274.

CONTIER, A. D. **Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)**. Petrópolis: Vozes; Campinas: Ed. Unicamp, 1979.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p.235-270, dez. 2007.

DEAECTO, M. M. **O Império dos Livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2011.

ELIAS, D. L. Embates discursivos: os escritos políticos dos republicanos liberais na queda do Brasil-Império (1870-1891). In: BESSONE, Tânia Maria [et al].

Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos. São Paulo: Alameda, 2016, p. 68-71.

FREITAS, A. A. de. **A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914.** São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1915.

GODOY, J. F. **A Província de S. Paulo:** trabalho estatístico, histórico e noticioso [para o ano de 1875]. 2ª. ed, São Paulo: Governo do Estado, 1978.

KODAMA, K. A presença dos vulgarizadores das ciências na imprensa: a *Sciencia* para o Povo (1881) e seu editor, Felix Ferreira. **Tempo**, Niterói, vol. 25, n. 1, jan./abr. 2019.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006, p. 193.

KURY, L. (org.). **Iluminismo e Império no Brasil:** O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

LIMA, L. C. **Dispersa Demanda** (ensaios sobre literatura e teoria). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 3-19.

LOVE, J. **A locomotiva:** São Paulo na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 120-122.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

LUSTOSA, I. **Insultos Impressos:** a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELLO, M. T. C. de. A República e o Sonho. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, jan./jun. 2011, p. 124.

MOREL, M.; BARROS, M. M. de. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A 2003.

PARIS, M. L. **Educação no Império:** o jornal A Província de São Paulo, 1875-1889. 1980. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

PILAGALLO, O. **História da Imprensa Paulista:** jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SILVA, C. A. F. da S. **Ciência, Técnica e Periodismo no Rio de Janeiro (1808-1852).** Franca, 2010. Tese (Doutorado em História), UNESP, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010.

SOUSA, A de. **A infância nos folhetins de A Província de São Paulo (1875 - 1889).** Guarulhos, 2017, Dissertação (Mestrado em Educação), UNIFESP, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.

SWIDLER, A. Culture in Action: Symbols and Strategies. **American Sociological Review**, Thousand Oaks, CA, v. 51, n. 2, April, 1986, p. 277.

TARROW, S. **Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 50-51.

VENANCIO, G. M. Ler ciência no Brasil do século XIX: a *Revista Popular*, 1859-1862. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, abr.-jun. 2013, p.653-673 v.20, supl., nov. 2013, p.1153-116.

VENTURA, R. V. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.